



PREFEITURA DE
PRINCESA ISABEL
JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei nº 229/74

ANO XVIII
EDIÇÃO EXTRA

Em 26 de março de 2018.

Atos do Executivo

DECISÃO

ADMINISTRATIVO – REQUERIMENTO – LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR – LICENÇA SEM VENCIMENTOS - SEVIDOR PÚBLICO – MOTORISTA – PARECER JURÍDICO – DEFERIMENTO.

1 - O funcionário estável poderá obter licença sem vencimentos, para trato de interesse particular, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos consecutivos e só poderá ser concedida nova licença decorridos 02 (dois) anos do término da anterior.

2 - A concessão de licença ao servidor público é ato administrativo discricionário, devendo ser analisado a conveniência e oportunidade da administração pública.

3 – Seu deferimento não causa dispêndio ao Erário Público.

Trata-se de Requerimento de Licença para Trato de Interesse Particular, formulado pelo Servidor ANTÔNIO LEANDRO DA SILVA, servidor público municipal, lotado na secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agricultura, no cargo de motorista, com matrícula nº 771.

Conforme Parecer Jurídico em anexo aos autos do Requerimento, a LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR, possui previsão legal no corpo da Lei Complementar nº 02/99 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Princesa Isabel), em seu Art. 112 e seguintes, que reza o seguinte:

Art. 112 – O funcionário estável **podará obter licença sem vencimentos**, para trato de interesse particular, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos consecutivos e só poderá ser concedida nova licença decorridos 02 (dois) anos do término da anterior. (Grifo nosso).

Parágrafo Único – O funcionário aguardará em exercício a concessão da licença.

Art. 113 – O funcionário poderá, a qualquer tempo, desistir da licença.

Art. 114 – Por necessidade do serviço, a licença poderá ser cassada à juízo.

Parágrafo Único – Cassada a licença, o funcionário terá até 30 (trinta) dias para assumir o exercício de suas funções, a contar da divulgação do ato ou sua publicação.

Art. 115 – Ao funcionário, detentor de cargo comissionado, não será concedida licença para trato de interesse particular. [Grifo nosso].

O ato de concessão da licença para tratar de interesses particulares é **DISCRICIONÁRIO**; assim, cabe ao gestor decidir, por critérios de conveniência e oportunidade, mérito do ato administrativo, sobre o deferimento ou não do pedido formulado.

No que concerne aos requisitos para a concessão, constata-se que o principal, nos casos de licença para trato de interesse particular é a **prescindibilidade/dispensa** dos serviços do funcionário.

No caso em tela, a Secretária de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agricultura, classificou o serviço do Servidor Requerente como **prescindível/dispensável**, não causando seu afastamento, qualquer dano ou dispêndio ao Erário Público, não sendo necessária a contratação por excepcional interesse público.

DIANTE DO EXPOSTO, DEFIRO o Requerimento de Licença para Trato de Interesses Particulares sem vencimentos, formulado pelo Servidor ANTÔNIO LEANDRO DA SILVA, no cargo de motorista, com matrícula nº 771, pelo período de 02 (dois) anos a contar desta data.

Gabinete do Prefeito, Princesa Isabel - PB, em 26 de
março de 2018.

RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito

Página 1 de 1